

L E I Nº 1.551/86

Data: 14 de novembro de 1986.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro de 1987.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1987, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cz\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzados).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, a forma da Legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 RECEITAS CORRENTES Cz\$ 39.499.000,00

Receita Tributária Cz\$ 3881.400,00

Receita Patrimonial Cz\$ 551.000,00

Transferências Correntes Cz\$ 33.631.100,00

Outras Receitas Correntes Cz\$ 1.111.500,00

1.2 RECEITA DE CAPITAL Cz\$ 5.501.000,00

Operações de Crédito Cz\$ 1.200.000,00

Alienação de Bens Cz\$ 301.000,00

Transparências de Capital Cz\$ 4.000.000,00

T O T A L: Cz\$ 45.000.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1 - DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

1.1 - Programação à conta de recursos do tesouro Cz\$ 5.617.900,00

1.2 - Programação à conta de recursos de outras fontes Cz\$ 39.382.100,00

T O T A L: Cz\$ 45.000.000,00

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 – Órgão Legislativo Cz\$ 2.035.320,00

Câmara Municipal Cz\$ 2.035.320,00

2.2 Órgão Executivo Cr\$ 42.964.680,00

Executivo Municipal Cz\$ 1.595.600,00

Departamento Administrativo Cz\$ 7.181.400,00

Departamento da Fazenda Cz\$ 1.629.980,00

Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cz\$ 18.567.200,00

Departamento de Educação e Cultura Cz\$ 7.957.200,00

Departamento de Saúde e de Serviço Social Cz\$ 6.033.300,00

T O T A L: Cz\$ 45.000.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar Operações de Crédito por antecipação da receita, de acordo com o art. 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969.

Art. 5º - Os órgãos da Administração Indireta e fundações instituídas pelo Município terão na forma da Lei, orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por Decretos do Executivo Municipal, sendo que a receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, estaduais, federais e outras receitas correntes e de capital e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os Orçamentos próprios de que trata esse artigo, poderão ser suplementados por Decretos do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do Parágrafo Primeiro, do Art. 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares nos limites com as seguintes finalidades:

I – para atender despesas vinculadas à receita, até o limite do excesso de arrecadação efetiva das receitas a que estiverem vinculadas.

II – para atender quaisquer despesas até o limite de 22% da despesa orçamentária, servindo como recursos os constantes no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

III – para atender quaisquer despesas com as fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas nos respectivos orçamentos, a títulos de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recurso as fontes indicadas no art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 14 de novembro de 1964.

João do Carmo Santiago
Prefeito Municipal